

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3  
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE  
Artigos

2016

# TENHO UM ALUNO SURDO, E AGORA? A PRÁTICA DOCENTE FRENTE À INCLUSÃO DE EDUCANDOS SURDOS

SANTOS, Gisele Minozzo<sup>1</sup>  
OLIVEIRA, Uilson Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Sabendo da demanda de educandos surdos inclusos na rede estadual de ensino e pensando a respeito da prática docente existente atualmente, esta pesquisa pretende pensar e demonstrar estratégias para a capacitação de docentes da rede estadual no Município de Toledo, através de cursos de formação em Língua de Sinais, para o atendimento aos educandos surdos ingressos neste sistema de ensino, contribuindo com a inclusão educacional e social destes educandos, oportunizando o aprendizado, entendimento e divulgação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O Material Didático-Pedagógico organizado para a realização da Implementação, a qual ocorreu no Colégio Estadual Jardim Porto Alegre, foi organizado no formato de Cartilha Didática, e pretendeu facilitar a compreensão dos docentes que realizaram o Curso de Capacitação ofertado na parte de implementação da pesquisa apresentado aos docentes no primeiro ano do PDE, de forma a (re)organizarem sua prática, levando em conta as especificidades dos educandos surdos inclusos na rede estadual de ensino. Esta cartilha é composta por informações básicas a respeito da Língua de Sinais, estratégias, indicações e possibilidades metodológicas e dicas de como deve ser feito o trabalho com os educandos surdos, de forma a contemplar as especificidades de atendimento na área da surdez. Assim, espera-se que este trabalho haja como aporte teórico para o entendimento dos docentes com relação aos sujeitos surdos, além de suscitar nos leitores o entendimento a respeito de metodologias que cercam a Educação de Surdos no Estado do Paraná, em especial, no Município de Toledo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartilha Didática. Educandos Surdos. Inclusão Educacional. Língua Brasileira de Sinais. Prática Docente.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é pertencente as atividades desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, tendo como mantenedora a Secretaria do Estado de Educação - SEED/PR, e teve como local de Implementação do Projeto o Colégio Estadual Jardim Porto Alegre – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, no Município de Toledo - PR.

A Produção Didático - Pedagógica desenvolvida consistiu em uma *Cartilha Didática*, a qual foi desenvolvida pensando nos docentes da rede estadual que atuam em sala de aula onde há educandos surdos inclusos, mesmo contando com a presença de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais – TILS.

Sabe-se que o município de Toledo, atende educandos surdos oriundos de vários distritos, zona rural e circunvizinhanças, pois neste há o atendimento inicial na

---

<sup>1</sup> Professora Pedagoga PDE da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Graduada em Pedagogia e Letras Libras. [giseleminozzo@gmail.com](mailto:giseleminozzo@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Ms. orientador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel. [uilnunes@hotmail.com](mailto:uilnunes@hotmail.com)

Escola de Surdos, onde consta em sua organização e estrutura a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Etapa I. A partir do 6º ano, o atendimento segue para a rede estadual, contando então com apoio de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS.

Observando esta organização, sabe-se que a instituição de ensino onde o projeto foi implementado o PDE, apresenta a inclusão de educandos surdos e contando com atendimento de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS. No entanto, o que se percebe é a falta de conhecimento e esclarecimento por parte de muitos docentes quanto ao atendimento adequado a estes educandos, assim como o pensar em sua práxis educativa de forma a atender esta demanda.

Assim, a pesquisa desenvolvida no PDE buscou compreender um problema comum a muitos docentes, sua práxis e a inclusão escolar de educandos surdos da rede estadual no Município de Toledo.

A implementação organizou-se através de cursos de capacitação, os quais foram previstos na concepção do Projeto de Intervenção Pedagógica. A temática contemplada diz respeito a Língua de Sinais e Práxis Docente, de forma a capacitar os docentes através de cursos de formação, para o atendimento aos educandos surdos ingressos neste sistema de ensino, contribuindo com a inclusão educacional e social destes educandos, oportunizando o aprendizado, entendimento e divulgação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Os Grupos de Estudo previstos na Produção Didático - Pedagógica contemplam em sua prática a utilização de uma Cartilha Didática, que é composta pela temática da Surdez e Educação de Surdos, Sinais pertencentes a Língua Brasileira de Sinais, e ainda dicas e propostas para o atendimento de educandos surdos.

O curso compreendeu carga horária total 36 horas por turma de trabalho, tendo suas atividades subdivididas e organizadas de encontros presenciais, contando com a presença de Professor Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Professora Surda, além de atividades não presenciais as quais foram ofertadas no decorrer do curso, e sendo finalizada com atividades de compartilhamento dos conhecimentos para a comunidade escolar, com exposição dos trabalhos realizados, com mural de fotos e atividades desenvolvidas durante a Implementação do Projeto, sendo finalizada com o lançamento da Cartilha Didática confeccionada como Produção Didático – Pedagógica.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SURDEZ E A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS nem sempre possuiu o status de língua como atualmente é conhecida. Na história da Educação de Surdos, muitas foram as maneiras de se comunicar e as filosofias educacionais aos quais estiveram expostos estes educandos, sendo obrigados a adequar-se as normas educacionais vigentes para o aprendizado e comunicação.

[...] em meados das décadas de 1960 e 1970, adotou-se uma Educação Integralizadora, em que os deficientes tinham direito de serem incluídos com os demais alunos. Na década de 1990, lançou-se a política de Educação para todos, proposta de inclusão escolar iniciada com a Declaração de Salamanca, que teve como objetivo principal educar a todos no mesmo espaço. (CAMPOS, 2014, p.38)

Apenas no ano de 2005, é que a Língua de Sinais foi reconhecida como Língua, e em conformidade com a Lei n.º 10.436/02, em seu artigo 1º, “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. (BRASIL, 2002, s/p).

Assim, no parágrafo único da Lei já mencionada,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, s/p).

A respeito dessas pessoas surdas, podemos citar o Decreto n.º 5626/05, o qual em seu artigo 2º “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. (BRASIL, 2005, s/p).

Podemos ainda entender que estes sujeitos surdos

São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. (QUADROS, 2004, p.10)

Desta forma, compreendemos, mesmo que superficialmente aqui apresentado, que os sujeitos surdos possuem uma língua própria, e que esta língua apresenta, conforme Quadros (2004, p.8) “[...] as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística”.

Outro fator inerente das Línguas de Sinais é a modalidade distinta que elas apresentam, se comparadas as línguas orais, onde pode-se destacar que

Uma língua falada é oral-auditiva, ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas. Uma língua sinalizada é visual-espacial, ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessas línguas. (QUADROS, 2004, p.9)

Assim, podemos entender que as Línguas de Sinais “[...] são produzidas por movimentos das mãos, do corpo e expressões faciais em um espaço à frente do corpo, chamado de espaço de sinalização. A pessoa ‘recebe’ a sinalização pela visão, razão pela qual as línguas de sinais são chamadas de visoespaciais ou espaço-visual”. (HARRISON, 2014, p.31)

Podemos citar ainda Leis em específico do Município de Toledo – PR, as quais apresentam para este município a questão da Língua de Sinais, a surdez, o indivíduo surdo e ainda programa de treinamento da Libras. Assim, tem-se a LEI “R” nº 49, de 25 de maio de 2005, do Município de Toledo, a qual “Reconhece a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outros recursos de expressão a ela associados, como meios de comunicação objetiva e de uso corrente”. De tal modo pode-se destacar ainda a LEI “R” nº 74, de 7 de julho de 2009 deste mesmo município, a qual em seu conteúdo “Institui o Programa Treinamento do Emprego da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para servidores públicos municipais”.

Outra consideração importante a destacar nesta primeira parte, diz respeito ao Tradutor Intérprete de Língua de Sinais – TILS, que é o profissional que “[...] traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar [...]. (QUADROS, 2004, p.11). Cabe salientar ainda que esta profissão, apesar de existir por muitos anos, foi regulamentada apenas no ano de 2010, através da Lei n.º 12.319.

## **A PRÁXIS DOCENTE E A INCLUSÃO DE EDUCANDOS SURDOS**

Atualmente a Inclusão destaca-se em todo o ambiente escolar e esta é objetivo de muitas discussões e enfrentamentos. Quando falamos em Incluir pessoas Surdas em ambiente escolar, precisamos pensar que existem vários apontamentos importantes que devem ser levados em conta, como: ambiente favorável para a inclusão, profissionais capacitados para tal atendimento (como Tradutores e Intérpretes de LIBRAS), e docentes conscientes das particularidades envolvidas neste processo educativo.

A partir do final da década de 1990, a Educação de Surdos começa a ser difundida entre as comunidades e escolas com indivíduos surdos inclusos. Com esta demanda, verifica-se que a legislação começa a adequar-se a esta nova estrutura e assim tem-se a criação de decretos e Leis que explicitam esta nova realidade, como já mencionados na seção anterior.

A sociedade inclusiva oferece a oportunidade para cada indivíduo se desenvolver conforme suas potencialidades, sendo no campo profissional ou educacional. A realidade do indivíduo surdo demanda uma comunicação diferenciada para o mesmo se construir como um sujeito ativo no ambiente onde está inserido, portanto a importância de difundir a Libras em todos os locais de aquisição de conhecimento, e acesso público, é fundamental para torná-lo um cidadão crítico e consciente do seu papel na sociedade.

Essa preocupação é um dos significativos e mais importantes desafios que se tem enfrentado, pois para que exista inclusão faz-se necessário que todos os indivíduos envolvidos neste processo inclusivo aprendam a Língua de Sinais como proposta para possibilitar a comunicação entre surdos e ouvintes. Essa proposta foi firmada na Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, Artigo 2º em que “[...] deve ser garantido, por parte do poder público em geral [...], formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil”, e também por meio do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Cap. IV, Art. 14, Inc. V em que se deve “[...] apoiar, na comunidade escolar o uso e difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos”.

Obviamente, apenas a representatividade desta Legislação não efetiva sua prática e tampouco se efetiva por si só, mas faz-se necessária uma nova práxis docente frente à inclusão de educandos surdos na sala de aula.

Assim percebe-se que um dos desafios fundamentais que emergem da proposta de escola inclusiva diz respeito a formação do docente, o que se caracteriza justamente no de repensar e resignificar a própria concepção de educador, uma vez que o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que possam possibilitar a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não apenas na transmissão e na assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados. (FLEURI, 2009, p.85)

Infelizmente, grande parte dos docentes ainda considera que a única forma de inclusão e adaptação se faz pela presença do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais – TILS em sala de aula, tendo como função principal de passar os conteúdos falados pelo professor para o educando surdo e vice-versa, fazendo uso da Língua de Sinais.

Desta forma, compreendemos que a práxis docente e sua adaptação e/ou (re)organização são essenciais para um processo educativo inclusivo significativo para os educandos surdos.

De acordo com o Aulete, a práxis pode ser descrita como

1. Prática, atividade, ação. 2. Na filosofia marxista, a atividade humana objetiva, concreta, que supera a teorização e permite que o indivíduo atue diretamente no campo cultural, político, social, contribuindo para mudar as relações entre pessoas e grupos. 3. Ação de aplicar, na prática, uma teoria política, artística, social, etc. (AULETE, 2011, p. 1097)

Konder, por sua vez faz-nos pensar que

Práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se em si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do auto-questionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (KONDER, 1992, p.115)

Deste modo e pensando no processo educativo inclusivo significativo, compreende-se que os docentes necessitam ter conhecimento da Língua de Sinais, ainda que de forma básica, para conseguir comunicar-se com os educandos surdos, não substituindo o TILS, sua função e importância, mas poder perguntar aos educandos a respeito de suas tarefas e atividades, se há dúvidas e/ou compreensão nos conteúdos repassados, dentre outros.

Freitas discorre em suas pesquisas que

[...] a compreensão das condições histórico-sociais que tanto impõe limites à práxis humana, quanto possibilita a tomada de consciência para transformar as condições existentes, é de fundamental importância para o professor, como profissional da educação, na medida em que ele lida com um indivíduo concreto, entendido como síntese de múltiplas determinações e, por isso mesmo, não se permitindo ser um mero instrumento cego de quaisquer forças superiores, age conscientemente para fazer escolhas entre as várias possibilidades. (FREITAS, 2005, p.148)

E ainda complementa que, estes pressupostos indicam

[...] a necessidade de olhar a escola como espaço, por excelência, de práticas sociopolíticas e pedagógicas, superando a visão fragmentária e cartesiana, que tem permeado o seu cotidiano, sobretudo no que diz respeito à construção de sua proposta pedagógica. Significa mobilizar todos os seus segmentos como atores sociais, sujeitos instituintes que se sentem implicados para planejar, implementar e avaliar. (FREITAS, 2005, p.148)

Estas situações, nos fazem pensar, então, no docente com alunos surdos inclusos e ainda pensar em quais seriam algumas estratégias metodológicas das quais os docentes podem tomar posse, de forma a efetivar o aprendizado destes educandos. Para Lacerda, Santos e Caetano,

Ser professor de alunos surdos significa considerar suas singularidades de apreensão e construção de sentidos quando comparados aos alunos ouvintes. Discute-se muito que a sala de aula deve ser um lugar que permita que o aluno estabeleça relações com aquilo que é vivido fora dela, e deste modo interessa contextualizar socialmente os conteúdos a serem trabalhados, apoiando-os quando possível em filmes, textos de literatura, manchetes de jornais, programas televisivos de modo a tornar a aprendizagem mais significativa. (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014, p. 185)

Tais estratégias auxiliam não apenas o educando surdo, mas os ouvintes também, dando possibilidade a todos de uma melhor apreensão dos temas e conteúdos trabalhados em sala de aula. No entanto, é importante ressaltar, que estas estratégias são imprescindíveis para o trabalho com educandos surdos,

[...] uma vez que eles, em geral, tiveram poucos interlocutores em sua língua e, conseqüentemente, poucas oportunidades de trocas e de debates além de não terem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de televisão e outras mídias que privilegiam a oralidade (e nem sempre contam com legenda), ou possuem textos complexos de difícil acesso a alunos surdos com dificuldades no letramento em língua portuguesa. Deste modo, é frequente que estes alunos cheguem ao espaço escolar com conhecimentos de mundo reduzidos quando comparados com aqueles apresentados pelos alunos que ouvem, já que estes podem construir conceitos a partir das



informações trazidas pela mídia, por exemplo. (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014, p. 185)

Quando a ação docente é pensada levando em conta a especificidade do educando Surdo, necessita de “[...] narrativas pedagógicas onde enfatiza o jeito Surdo de ensinar, onde apela por estratégias de ensino visuais, transmissão de conhecimentos em língua de sinais”. (PERLIN E STROBEL, 2006, s/p).

Assim, cabe aos docentes de Surdos pensarem que

Na perspectiva inclusiva a tarefa do docente necessita de cuidados especiais como metodologias. Os docentes comprometidos com o projeto da pedagogia da diferença têm por objetivo abrir base material e discursiva de maneira específica a produzir significado e representar a diferença surda nos seus Projetos Políticos Pedagógicos, assim como em seus Planos de Trabalho Docente. (SANTOS; MAZZAROLLO, 2016, p.7)

É sabido que esse processo inclusivo e de adaptação de metodologias é uma tarefa árdua para grande parte dos docentes, uma vez que envolvem questões de sua formação acadêmica, o que muitas vezes não é levado em conta na formação de professores. Vilhalva (2004, p. 01) enfatiza que “[...] alfabetizar discentes com Culturas diferentes é um choque tanto para o docente ouvinte quanto para os discentes surdos, por não entender de imediato o complexo linguístico da língua um do outro”.

Desta forma, conforma afirma Fabris e Lopes (2000, p. 3) trabalhar com a diferença é “[...] pensar o diferente como uma possibilidade e não como uma falta, uma possibilidade que, justamente por sua diversidade [...]. Esse ensinar terá que ser inventado com os próprios sujeitos da diferença, serão tantas formas quantas for as diferenças e os/as diferentes”.

Outro fator importante diz respeito da parceria entre regente de sala e o profissional TILS que atende o aluno surdo em sala de aula, pois conforme Lacerda, Santos e Caetano (2014, p. 185) “[...] na perspectiva da educação inclusiva de alunos surdos, o professor precisará ser parceiro do intérprete de Libras para que se ampliem as possibilidades de construção de conhecimentos desses alunos” e as estratégias que forem utilizadas favoreçam a organização das aulas e findem a facilitar o acesso destes educandos surdos aos conteúdos repassados em sala de aula.

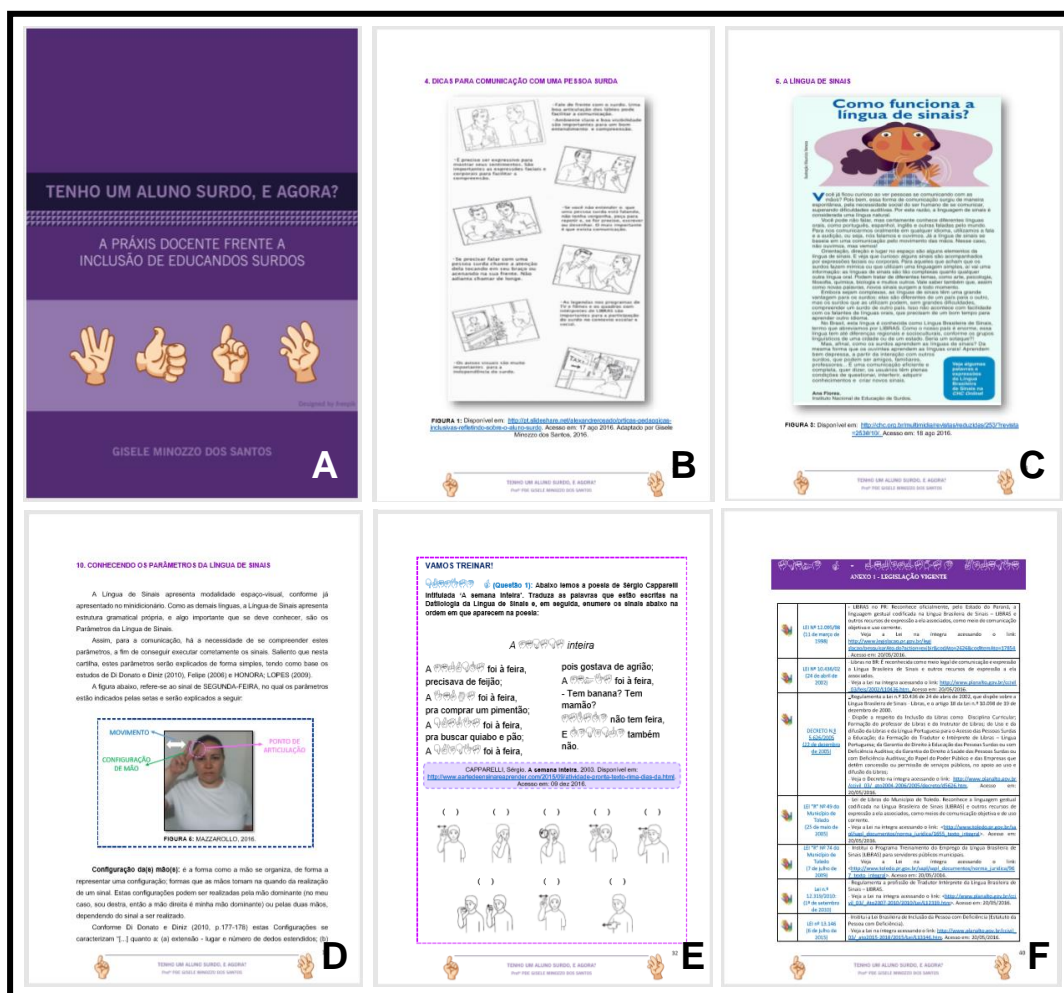
Assim, compreende-se que a práxis docente frente a inclusão de educandos surdos deve ser (re)pensada, de forma que a barreira do preconceito seja quebrada

mediante propostas pedagógicas adequadas, de forma a suprir necessidades básicas, como é esta da comunicação.

## A ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO: CARTILHA DIDÁTICA

Esta Cartilha Didática surgiu da ideia de organizar um material a respeito da Língua de Sinais Brasileira, mostrando materiais a respeito de sua origem, alguns sinais essenciais para a comunicação e materiais interessantes que foram publicados em revistas e sites nacionais.

Figura 1 – Elementos constitutivos da Cartilha Didática



Fonte: SANTOS, 2017.

Na Figura 1, pode-se verificar alguns elementos constitutivos da Cartilha Didática. Esta Cartilha foi organizada tendo em vista o repasse de informações inerentes a área da surdez e assuntos importantes que podem servir de aporte aos docentes e demais indivíduos que tenham acesso a ela. A primeira parte da figura

mostra a capa da Cartilha Didática ('Letra A'), a qual foi pensada com elementos que abrangem algumas Configurações de Mãos, as quais foram explanadas no decorrer do curso.

Em seguida pode-se observar uma parte importante que foi organizada e se denomina "Dicas para a comunicação com uma pessoa surda" ('Letra B'). Esta se fez essencial, uma vez que muitas pessoas não sabem a melhor forma de comunicação com surdos, pela falta de compreensão da Língua de Sinais. Assim, algumas dicas são importantes, das quais podemos destacar: chamar estes sujeitos surdos pelo toque no ombro ou posicionar-se na frente deste para uma melhor comunicação.

A Cartilha Didática conta ainda com vários recortes de revistas ('Letra C') que foram utilizados para o entendimento a respeito do que é a Língua de Sinais, o que são os aparelhos auditivos, entre outros. Juntamente com estes, um aporte teórico foi organizado, onde uma destas partes refere-se ao conhecimento dos Parâmetros Fonológicos da Língua de Sinais ('Figura D'), os quais são essenciais no aprendizado das Línguas de Sinais, uma vez que elas apresentam modalidade distinta das línguas orais, como já mencionados neste trabalho. Para esta explicação foram utilizadas imagens para uma melhor compreensão, sendo estas fotos e/ou recortes de livros, cartilhas e dicionários de Língua de Sinais. Juntamente com esta explicação teórica, organizaram-se atividades para uma melhor internalização dos conteúdos repassados ('Letra E').

Outro elemento importante que constitui esta Cartilha Didática diz respeito da Legislação Vigente ('Letra F'), onde foi organizada uma tabela contendo a legislação nacional, estadual e municipal que envolve a educação de surdos.

O objetivo principal da organização desta Cartilha Didática advém da necessidade de apoiar e incentivar a capacitação de docentes e agentes educacionais que atuam na rede estadual com educandos surdos, seja em sala de aula, ou em outros ambientes escolares, quanto ao aprendizado da Língua de Sinais, possibilitando ainda a comunicação entre os envolvidos neste processo, mesmo que de forma básica, esclarecendo quem é o sujeito surdo e compreendendo suas especificidades, além de estudar a viabilidade do aprendizado da Língua de Sinais Brasileira para uma práxis docente significativa e apontar as Políticas Públicas vigentes que permeiam a educação de surdos no Brasil e no Estado do Paraná.

A demanda de educandos surdos inclusos na rede estadual de ensino é crescente, mas juntamente com esta demanda, a capacitação docente não vem sendo

um fator de preocupação dos empregadores, uma vez que poderiam ser organizados cursos e capacitações a respeito, mas estas se dão apenas pelos profissionais envolvidos com os surdos, como Tradutores Intérpretes de Libras e Professores de Sala de Recurso, que preocupados com esta realidade, organizam e fornecem capacitações superficiais sobre o assunto.

Observando a realidade do Município de Toledo, este material pretende servir como subsídio para a implementação de atividades que realizar-se-ão na Implementação Didático – Pedagógica, pois nesta, pretende-se pensar em estratégias para a capacitação de docentes da rede estadual deste Município e circunvizinhança, através de cursos de formação, para o atendimento aos educandos surdos ingressos no sistema de ensino estadual, contribuindo com a inclusão educacional e social destes educandos, oportunizando o aprendizado, entendimento e divulgação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

## **A TEORIA VIVENCIADA NA PRÁTICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO NA ESCOLA E O GRUPO DE TRABALHO EM REDE - GTR**

Mesmo sendo duas ações distintas, resolvi descrevê-las num mesmo espaço pois ambas se complementam de certo modo. A implementação e o GTR ocorreram praticamente ao mesmo tempo, e foi possível descrever aos participantes do GTR como as ações aconteciam, quase em tempo real, o que foi muito construtivo para nossa troca de experiências. Assim, será possível na descrição das ações, observar a fala de alguns participantes, as quais complementam minha fala e proposta.

A implementação ocorreu no primeiro semestre do ano letivo de 2017, nas dependências do Colégio estadual Jardim Porto Alegre – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, na cidade de Toledo – PR.

A organização da implementação se desenvolveu em duas turmas, nas quais estavam presentes docentes, agentes educacionais e convidados.

As turmas foram organizadas uma na terça-feira e uma ao sábado, para que mais pessoas tivessem acesso ao curso, principalmente docentes que trabalham a noite, os quais, por muitas vezes não conseguem realizar os cursos devido a jornada de trabalho.

Um dos pontos que achei interessante foi a necessidade de abertura de uma turma aos sábados para que mais professores pudessem realizar a atividade proposta e que a ação pudesse disseminar com mais intensidade, além do

dia da semana. Esta ação para o final de semana foi bem acertada pois os horários de muitos professores podem não bater, e alguns poderiam ficar sem poder participar da ação mesmo querendo muito fazer. (I.B.S.)

Contei com a colaboração de um amigo Tradutor Intérprete de Língua de Sinais – Thiago Rafael Mazzarollo - e uma amiga Professora Surda – Francieli Giza -, os quais realizaram atividades com os participantes.

Outra coisa importante, foi a possibilidade de participar da Semana Acadêmica do Curso de Letras- Língua Portuguesa e Libras de uma instituição de ensino superior desta cidade, na qual pude discutir sobre o tema proposto em minhas pesquisas, além de mostrar aos presentes minha Cartilha Didática, oportunizando momentos de reflexão e subsidiando o trabalho dos ali presentes.

As atividades do curso, desenvolveram-se com aulas expositivas e dinâmicas, e ainda com atividades extraclasse, nas quais colocávamos a teoria diretamente ligada a prática.

Outra coisa importante foi a possibilidade de mostrar a comunidade escolar meu projeto, além de ter um tempo e momento adequados para um (re)pensar na práxis docente, objetivo principal do meu projeto.

Assim, esta "cartilha" será vital pois conterá informações básicas a respeito da Língua de Sinais e ajuda prática para os professores e fica também o registro da ação, muito bom !!! Bem acertada esta decisão!

Pois necessitamos de mais ações e projetos deste tipo para ajudar os surdos, os professores e os TILS que trabalham com surdos em salas regulares. Tudo está em harmonia. E lançar algo escrito é bem legal pois sempre temos que ter registro de nossas ações no meio educacional para publicar e continuar ajudando outros! (I.B.S.)

Assim, a colaboração do colega acima vem de encontro com o que Moran, Masetto e Behrens (2012, p.150) relatam

Ver o professor como parceiro idôneo de aprendizagem é mais fácil, porque esse padrão está mais próximo do tradicional, mas ver seus colegas como colaboradores para seu crescimento significa uma mudança importante e fundamental de mentalidade no processo de aprendizagem. Essas interações (aluno-professor-aluno) conferem um pleno sentido à corresponsabilidade no processo de aprendizagem. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2012, p. 150).

A avaliação do trabalho se deu por meio da exposição dos trabalhos realizados, com mural de fotos e atividades desenvolvidas durante a Implementação do Projeto, sendo finalizada com o lançamento de uma cartilha para a comunidade escolar, tendo

esta sido confeccionada durante a aplicação do projeto. Esta cartilha contém informações básicas a respeito da Língua de Sinais e ainda estratégias de trabalho com educandos surdos em salas regulares.

Certamente este momento do GTR não foi fácil, visto que estas atividades se organizaram juntamente com toda a jornada de trabalho que desempenhamos nas instituições de ensino. No entanto foram momentos importantíssimos, onde consegui um feedback positivo com a relação à temática estudada e a ainda referente a Cartilha Didática elaborada.

Durante os momentos de interação com outros colegas inscritos no GTR, percebemos que a dificuldade encontrada na inclusão de educandos surdos e ainda no que se refere a práxis docente são comuns em várias instituições, como podemos ver na contribuição de um@<sup>3</sup> participante,

A situação que você colocou é a realidade de muitos municípios. O(A) professor(a) tem dificuldades para atender o estudante surdo tendo em vista a barreira da comunicação. Vejo no projeto da Gisele uma oportunidade de começar com curso na própria escola com os professores interessados em participar ou grupo de estudos. A Libras é uma língua, portanto se faz necessário conhecer a gramática. [...] Em relação ao TILS a função é ser a comunicação do estudante com o professor e do professor com o estudante considerando portanto, importante na sala de aula. (I.O.C.B.)

Outra participante frente ao trabalho exposto contribuiu da seguinte forma,

O seu Projeto de Intervenção Pedagógica, é na atualidade a possibilidade de conhecimentos e esclarecimentos das dúvidas aos professores que trabalham com estudantes surdos. Não é o objetivo da Intervenção Pedagógica oferecer uma “receita” pronta e acabada, mas levar através das leituras e trocas de experiências o professor à reflexão a respeito da prática pedagógica no atendimento com os estudantes surdos promovendo desta forma uma melhor aquisição do conhecimento. (O.B.)

Assim, observamos que os objetivos propostos com relação a compreensão a respeito dos educandos surdos e de um (re)pensar em sua práxis foram absorvidos de forma positiva,

Com certeza, após a realização das intervenções propostas pela professora Gisele, os docentes envolvidos terão outra compreensão a respeito aos educandos surdos e sua prática docente junto a ele. Espera-se que cada vez mais os docentes sejam conscientizados da importância de repensar sua

---

<sup>3</sup> Cabe salientar que utilizarei o símbolo “@” para designar gênero (masculino e feminino), a fim de não identificar os participantes.

prática docente para que ela seja mais inclusiva e possa oferecer as mesmas oportunidades para todos os educandos. (A.L.G.)

Um fator importante destacado pelos participantes do GTR referiu-se à capacitação que os docentes podem e devem ter, em qualquer que seja sua realidade nas Instituições onde trabalham. Sabemos que estas capacitações devem ser construtivas e significativas, o que muitas vezes não ocorrem atualmente.

Lendo o relato, a parte que no meu ponto de vista deferiu além das expectativas são as atividades que contemplam a prática da Língua de Sinais para os docentes, pois acredito que, se todos os docentes de sala tiverem essa prática será bem mais fácil trabalhar com o aluno surdo. É muito positivo esse tipo de formação e teria que ter todos os anos para todos os professores. (A.K.)

Acredito que esta formação poderia ser gradativa, implantada nas formações pedagógicas com embasamentos consistentes para o aprendizado de todos os profissionais da educação, proporcionando um conhecimento sistematizado. (M.G.)

[...] também acredito que a formação de professores que atuam com alunos surdos precisa ser oferecida com mais frequência. Pois, só assim possibilitamos o acesso, a permanência e garantimos que todos tenham a oportunidade de construir conhecimentos significativos à vida em sociedade. (A.L.G.)

A partir destas falas podemos compreender como há a necessidade de se pensar em novas capacitações e ainda de retomarmos encontros de profissionais da área, para troca de experiências. Acredito ainda que, a Cartilha Didática organizada, poderá ser um instrumento útil para um novo olhar no que diz respeito a inclusão de surdos e ainda para os docentes que atuam com estes educandos, pensando em suas especificidades linguísticas, além de aprenderem a Língua de Sinais, mesmo que de forma básica, podendo comunicar-se com seus educandos surdos.

Para finalizar, gostaria de citar mais uma fala, que contempla toda minha preocupação e certamente foi minha inspiração para a realização deste trabalho.

Professora Gisele seu trabalho está excelente e é de suma importância para a formação do professor por mais que o mesmo não sairá um bilíngue mas tenho certeza que irá conhecer mais o aluno surdo e com isso facilitará seu trabalho e a aprendizagem do educando.

Quando o professor ouvinte sabe Língua de Sinais, pode comunicar-se de maneira satisfatória com seu aluno, mas digo que, mais importante de saber se comunicar com seu aluno é saber usar as metodologias certas para com ele principalmente com recursos visuais, ter um olhar diferenciado quanto a escrita, pois ainda hoje, no ambiente escolar, o surdo sofre por apresentar uma escrita "estrangeira" quando escreve em português já que, em muitos casos, é influenciada pela estrutura da Língua de Sinais.

Em muitos casos, quando o professor não entende sua escrita, o aluno surdo pode sofrer preconceito, recebendo até mesmo rótulos relativos à falta de

interesse, bem como, alguns professores enfatizam que os alunos surdos possuem dificuldades de aprendizagem, ou que são lentos nas atividades etc. Participando desses cursos o professor terá um aprendizado que vai além da língua, como a professora citou em um dos objetivos do projeto... Entenderá “quem é o sujeito surdo e suas especificidades em sala de aula”. (G.V.M.L.)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após todas as fases de desenvolvimento deste projeto e sequencialmente deste trabalho, acreditamos que a organização deste material advém da necessidade de compartilhar os conhecimentos adquiridos acerca da inclusão de educandos surdos e das questões que envolvem a área da surdez e da Língua Brasileira de Sinais, além de dar um aporte teórico metodológico a questões inerentes a esta área, bem como propor subsídios para a atuação docente da educação básica para a atuação junto aos educandos surdos.

Muitas vezes nos deparamos com a escassez de materiais voltados ao ensino e aprendizagem da educação de surdos e conseqüentemente da Língua de Sinais, pois muitos materiais não abordam com objetividade ou com profundidade acerca da temática abordada neste trabalho.

Nesse sentido o trabalho realizado vem contribuir para que a inclusão possa acontecer verdadeiramente e que a barreira de preconceito seja quebrada mediante proposta pedagógica adequada a suprir necessidades básicas, como é esta da comunicação, fator inerente ao ser humano.

Vale lembrar que o trabalho proposto como projeto de intervenção pedagógica não teve a função de formar fluentes em Libras ou Tradutores Intérpretes de Libras, mas somente suscitar nos participantes o desejo da comunicação com surdos, tendo em vista que estas pessoas fazem parte do seu convívio escolar diário, além disso, deve apurar seu desejo de igualdade, intrínseco a todo ser humano.

Acreditamos ainda que esta pesquisa não deve ficar arquivada contemplando apenas uma etapa da formação do Professor PDE, mas deve inculcar nos docentes, que tiverem acesso a esta, uma nova possibilidade de atuação docente, um repensar em sua práxis de forma a efetivar o aprendizado dos educandos surdos inclusos na rede estadual de ensino.

## **REFERÊNCIAS**

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011, p.1097.



BRASIL. **DECRETO Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **LEI N.º 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso em: 20 ago 2017.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 37-62

FABRIS, Elí Henn; LOPES, Maura Corcini. **Crianças e Jovens em posição de não-aprendizagem**. Disponível em: <[http://www.humanas.unisinos.br/siapea/txt\\_crianças.htm](http://www.humanas.unisinos.br/siapea/txt_crianças.htm). 2000> . Acesso em: 26 ago. 2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. Complexidade e interculturalidade: desafios emergentes para a formação de educadores em processos inclusivos. In: FÁVERO, Osmar *et al.* (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 65-88

FREITAS, Maria Auxiliadora S. **PRÁXIS PEDAGÓGICA E PROFESSORES INTELLECTUAIS**: Refletindo As Tensões E Concepções Da Formação/Prática Docente. In: Práxis Educacional. Vol 1, n.º 1. Vitória da Conquista: 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/404>>. Acesso em: 20/05/2016.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. LIBRAS: apresentando a língua e suas características. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 27-36

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 185-200.

TOLEDO. **Lei “R” Nº 49 do Município de Toledo**, de 25 de maio de 2005. Reconhece a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outros

recursos de expressão a ela associados, como meios de comunicação objetiva e de uso corrente. Disponível em: [http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/1655\\_texto\\_integral](http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/1655_texto_integral). Acesso em: 20 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei “R” n.º 74 do Município de Toledo**, de 7 de julho de 2009. Institui o Programa Treinamento do Emprego da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para servidores públicos municipais. Disponível em: < [http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/967\\_texto\\_integral](http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/967_texto_integral)>. Acesso em: 20 maio 2016.

MORAN, Manuel José; MASETTO, Marcos T; BEHRENS Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ªed. Campinas: Ed. Papirus, 2013.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de Surdos**. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Muller (org). **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SANTOS, Gisele Minozzo; MAZZAROLLO, Thiago Rafael. Um surdo em minha sala! E agora? A formação de professores na perspectiva inclusiva. In: **V Simpósio Nacional de Educação e XXVI Semana de Pedagogia: Formação de Professores para Educação Básica**. Cascavel: EDUNIOESTE. 2016.

VILHALVA, Shirley. **Pedagogia Surda**. Rio de Janeiro: Arara azul, 2009. Disponível em: <[www.editora-arara-azul.com.br](http://www.editora-arara-azul.com.br)> Acesso em: 26 de ago. 2017.